



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Celina Leão articulou novo gesto de Flávio Bolsonaro a Michelle

■ O vídeo publicado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL) nesta quinta-feira (23/7), no qual rende novamente desculpas públicas à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, não foi apenas uma iniciativa espontânea. Teve a batuta direta da governadora do Distrito Federal, Celina Leão.

■ Amiga de Michelle, mas mantendo um canal aberto e fluido de interlocução com Flávio, Celina atuou como bombeira nos bastidores para tentar estancar a crise que desgasta o clã em plena pré-campanha. E incentivou o senador a fazer um novo gesto à madrastra.

■ Com Flávio impedido de visitar Jair Bolsonaro, o papel de Michelle como ponte direta se tornou essencial para os movimentos políticos da família, que tem o parlamentar como pré-candidato à Presidência.

■ Após a coluna revelar esse bastidor, a própria ex-primeira-dama divulgou um vídeo confirmando que Celina Leão atuou para promover a reconciliação com Flávio. Michelle também citou a senadora Damares Alves (Republicanos) como uma das responsáveis pela articulação.



GUSTAVO MORENO/STF

Alexandre de Moraes determinou que réu volte a responder a acusações no Supremo

“Sinal que faltava”, diz Valdemar após reaproximação de Flávio e Michelle

■ O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, avaliou que a reaproximação entre o senador Flávio Bolsonaro (PL) e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) representa “o sinal que faltava para alinhar a campanha”.

■ A declaração foi enviada à coluna após o novo gesto público de Flávio em direção a Michelle, movimento articulado nos bastidores pela go-

vernadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

■ A avaliação dentro do partido é que a reconciliação fortalece a unidade do grupo político às vésperas da definição da estratégia eleitoral para 2026. Interlocutores do PL consideram que a superação do desgaste entre os dois ajuda a consolidar o alinhamento da legenda para a próxima disputa nacional.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Flávio Bolsonaro é senador pelo PL

Flávio diz que não obrigará parlamentares do PL a apoiarem Moro no Paraná

■ Flávio Bolsonaro disse que não obrigará integrantes do PL a apoiarem a candidatura de Sergio Moro, também filiado ao partido, ao Governo do Paraná.

■ Ao ser questionado sobre como administrará a resistência de lideranças do Partido Liberal em aderir à candidatura de Sergio Moro, Flávio disse que adotará o diálogo político como estratégia de convencimento e que não haverá imposição.

■ “Nenhum partido político é quartel, acho que todos têm que ser convencidos da importância de apoiar um candidato ao nosso governo, inclusive em alguns estados não serão do PL, serão de outros partidos. Pretendo administrar como a gente sempre faz na política, conversando, convencendo”, ressaltou o pré-candidato à Presidência em entrevista à coluna.

■ Após a escolha de Moro para ser o candidato do PL ao Governo do Paraná, o deputado Fernando Giacobbo deixou a presidência do partido no estado e anunciou sua desfiliação. Dos 53 prefeitos do Partido Liberal, 48 deixaram a sigla por conta da candidatura do ex-juiz da Lava Jato.

■ Nesse bloco, a maioria declarou apoio ao governador Ratinho Júnior (PSD), que indicou seu secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex (PSD), para concorrer ao governo estadual.

■ A notícia de que Flávio não obrigará integrantes do PL a apoiar Moro anima Sandro Alex e também Rafael Greca (MDB), que veem potencial de ampliar o apoio político junto a integrantes do Partido Liberal e à militância bolsonarista.

■ Quem também pontua nas pesquisas é Requião Filho (PDT), principal nome da esquerda no pleito paranaense e que conta com o apoio do presidente Lula.

Moraes rompe acordo com réu do 8 de Janeiro após vídeos em defesa de Flávio e críticas ao STF

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) rescindiu o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) firmado com Vanderson Alves Nunes, conhecido como “Vandinho Patriota”, após concluir que o réu descumpriu a proibição de participar de redes sociais abertas. Na decisão, Moraes destaca uma série de publicações nas quais o investigado faz críticas ao próprio ministro e ao Supremo, além de defender o senador Flávio Bolsonaro (PL).

■ Com a rescisão do acordo, o processo criminal segue seu curso no STF e Vanderson volta a responder às acusações de incitação ao crime e associação criminosa. O ministro também determinou o restabelecimento de medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de utilizar redes sociais, entrega do passaporte e vedação de contato com os demais investigados, caso o réu progrida de regime ou seja colocado em liberdade por outro motivo.

■ O acordo havia sido firmado com

a Procuradoria-Geral da República (PGR) e previa, entre outras condições, que Vanderson não utilizasse redes sociais abertas até o cumprimento integral das obrigações assumidas. O descumprimento levou a PGR a pedir a rescisão do benefício, acolhida agora pelo relator.

■ Entre os conteúdos apontados por Moraes estão vídeos em defesa do senador Flávio Bolsonaro. A decisão cita uma gravação publicada em 22 de maio em que Vanderson sai em defesa do parlamentar no caso envolvendo o Banco Master e outra, de 27 de maio, em resposta a declarações do ex-governador (MG) Romeu Zema contra o senador. O STF não reproduz o conteúdo dessas falas, mas as inclui entre as publicações que, segundo a PGR, demonstram o descumprimento do acordo.

■ A manifestação da PGR, reproduzida por Moraes, também destaca vídeos em que Vanderson faz críticas ao STF e ao próprio relator da ação.

Em uma publicação de 25 de abril, segundo a decisão, ele afirma que “os idosos que foram colocados em prisão domiciliar pelo Ministro Alexandre de Moraes [...] são inocentes e foram condenados injustamente e que seriam supostamente presos políticos”. Em outro vídeo, publicado em 26 de maio, o réu aparece defendendo a anistia e pedindo “liberdade aos presos políticos”.

■ A defesa alegou que Vanderson não fez publicações em plataformas abertas e que os vídeos teriam sido enviados apenas em grupos privados de WhatsApp, sendo posteriormente divulgados por terceiros. A justificativa, porém, foi rejeitada.

■ Para a PGR, os vídeos demonstram que o próprio réu produziu conteúdo com evidente finalidade de divulgação pública. Moraes concordou com esse entendimento e concluiu que houve descumprimento da cláusula que vedava a participação em redes sociais abertas.